

AOS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Em Novembro deste ano todos os trabalhadores da Administração Pública recebem por inteiro o subsídio de Natal, pondo fim à sua fragmentação por 12 meses. O que para alguns pode ter parecido uma redução do valor mensal do seu salário permitiu a justa e necessária reposição do direito ao pagamento por inteiro do subsídio de Natal.

Para o PCP, que desde a primeira

hora se bateu pela reposição do subsídio de Natal, este avanço é indissociável da continuação da luta pelo aumento dos salários e da dignificação e valorização dos trabalhadores da Administração Pública.

**O SUBSÍDIO DE NATAL
PAGO POR INTEIRO
NUM SÓ MÊS**

A REPOSIÇÃO DE UM DIREITO ROUBADO PELO GOVERNO PSD/CDS EM 2012

O Governo PSD/CDS, ao decidir a suspensão do pagamento do subsídio de férias e de Natal dos trabalhadores da Administração Pública para os anos de 2012 e 2013, pretendia dar os primeiros passos para acabar com estes importantes direitos.

Porém, a luta dos trabalhadores da Administração Pública e a intervenção do Tribunal Constitucional impediram que estas medidas continuassem a vigorar no ano de 2013.

Nessa sequência, o Governo PSD/CDS decidiu o pagamento do subsídio de Natal distribuído por 12 meses, pretendendo deste modo ocultar os brutais cortes aplicados nos rendimentos dos trabalhadores da Administração Pública e tendo como objectivo acabar com este direito.

A LUTA É O CAMINHO

Com a acção persistente e determinada do PCP e a luta dos trabalhadores da Administração Pública, contra a vontade do governo minoritário do PS, avançámos, ainda que de forma insuficiente, na reposição de direitos e rendimentos, retirados pelo governo PSD/CDS.

Avançou-se na reposição das 35 horas semanais de trabalho e do caminho para a sua efectivação para os trabalhadores com contrato individual; no descongelamento faseado das progressões nas carreiras; na reposição dos 4 feriados; no fim da sobretaxa do IRS; no fim da requalificação; na abertura do caminho, ainda que sinuoso, para a regularização dos vínculos precários.

Mas não é aceitável que o governo minoritário do PS, por opção e porque vê na redução do défice das contas públicas o "alfa e o ómega", em detrimento das necessidades nacionais e da resposta aos problemas estruturais do país, queira manter as profundas desigualdades sociais e os cada vez mais degradados salários dos trabalhadores da administração pública (que tiveram uma quebra real de 18,4%, em média, desde 2009) e dificultar a reposição de direitos retirados pelo PSD e CDS, como o pagamento do trabalho extraordinário e a devolução dos 25 dias de férias.



PORQUE É POSSÍVEL IR MAIS LONGE, O PCP CONTINUA A EXIGIR, ENTRE OUTROS ASPECTOS:

- A dignificação e valorização dos trabalhadores da Administração Pública;
- O aumento geral de salários para todos os trabalhadores e do Salário Mínimo Nacional para 650 euros em 1 de Janeiro, cabendo aos sindicatos a sua negociação;
- O descongelamento das progressões nas posições remuneratórias, de forma geral e global;
- A recuperação das profissões, e a valorização e dignificação das carreiras e dos seus conteúdos funcionais;
- A reposição do valor do pagamento das horas extraordinárias e todos os suplementos alvo de cortes pelo governo PSD/CDS;
- A actualização do subsidio de refeição;
- A reposição dos 25 dias de férias, majorados;
- Justiça fiscal com a taxação do grande capital e o desagravamento dos rendimentos do trabalho;
- A implementação e efectivação dos Suplementos de Insalubridade, Penosidade e Risco;
- A melhoria das condições de trabalho;
- A rápida regularização dos trabalhadores com vínculos precários a ocuparem postos de trabalho permanentes, acabando com a burocracia e integrando estes trabalhadores;
- A revogação dos aspectos gravosos e altamente penalizantes para os trabalhadores contidas na Legislação do Trabalho em Funções Públicas;
- A melhoria do funcionamento dos serviços e dos meios, de forma a que cumpram com qualidade e celeridade a prestação do serviço público que lhe está cometido, em benefício da população;
- A revogação do processo de transferência de competências e encargos para as autarquias.



REFORÇAR O PCP

CONDIÇÃO PARA A DEFESA, REPOSIÇÃO E CONQUISTA DE DIREITOS E PARA A ALTERNATIVA PATRIÓTICA E DE ESQUERDA QUE O PCP PROPÕE AO POVO PORTUGUÊS!

Partido da classe operária e de todos os trabalhadores, o reforço do PCP, nesta nova fase da vida política nacional, é condição para que os direitos e rendimentos repostos sejam mantidos, para a conquista de novos direitos e para que a melhoria geral das condições de vida e de trabalho e dos serviços públicos seja possível.

ESTE É O TEU PARTIDO!

ADERE AO PCP, DANDO-LHE MAIS FORÇA PARA PROSSEGUIR A LUTA!

pcp.pt

DEP/PCP Nov.2018



Ficha para contacto

Se pretende aderir ou colaborar com o PCP preencha os seguintes dados que nos permitirão contactar consigo

NOME _____

MORADA _____

CÓDIGO POSTAL _____

TELEFONE _____ E-mail _____



Recorte e envie para:

Partido Comunista Português
Rua Soeiro Pereira Gomes, 3 • 1600-196 Lisboa